

**EDITORIAL: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO****EDITORIAL: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO****EDITORIAL: LUTA PELA TERRA E EDUCAÇÃO DO CAMPO**

Adriana D'Agostini<sup>1</sup>

**Resumo:** A conjuntura agrária no Brasil é de conflito e violência desde a chegada dos portugueses para a colonização destas terras até os dias de hoje, de expansão capitalista desordenada, provocadora de um grau ainda maior de desigualdade social. Porém, onde há expropriação há luta. E a luta pela terra trás consigo a necessidade de uma educação de classe. Este número pretende suscitar o debate sobre a luta e os conflitos atuais sobre a questão agrária no país e sua relação com as experiências educacionais em curso nos territórios de reforma agrária vinculada aos movimentos sociais do campo

Palavra Chave: Luta pela terra, Educação, Educação do Campo, Movimentos Sociais

***Texto na íntegra:***

A conjuntura agrária no Brasil é de conflito e violência desde a chegada dos portugueses para a colonização destas terras. O processo de colonização portuguesa e disputa de terras entre Portugal e Espanha (depois também houveram disputas com França e Holanda) dizimaram povos indígenas e afungentaram algumas tribos floresta a dentro. A divisão de terras em forma de Capitâneas e depois suas subdivisões já eram pautadas na lógica da propriedade privada e no mercantilismo internacional. Este é o direcionamento político e econômico em curso até hoje, fase de ampliação do capitalismo no campo através do agronegócio.

Para analisar e debater a questão agrária temos uma ampla literatura que põem ênfase em vários enfoques, a saber: economia política, história, análise da evolução das classes sociais no campo, do desenvolvimento das forças produtivas, do surgimento das lutas e movimentos sociais – com autores clássicos da sociologia, história, ciência política, economia. Stedile com a coleção de 8 livros “A questão agrária no Brasil” nos apresenta este debate com a seguinte tematização: debate tradicional (1500-1960); o debate da esquerda (1960-1980); programas de reforma agrária (1946-2003); história e natureza da Ligas Camponesas (1954-1964); a classe dominante agrária – natureza e comportamento (1964-1980); a questão agrária na década de 1990; o debate na década de 2000-2010; situação e perspectiva da reforma agrária na década de 2000-2010. Todo estudioso que pretenda compreender a questão agrária e/ou a educação do campo precisa se debruçar sob estas obras.

Na década de 40 a reforma agrária foi pautada pelo PCB na reforma da Constituinte. Nas décadas de 1950 e 1960 a luta pela terra teve momentos de fortalecimento que podemos identificar com as

Ligas Camponesas e a partir da década de 1980 o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e, juntamente com este movimento surgem outros com particularidades territoriais e/ou estratégias de luta diferenciada. Ou seja, a reforma agrária vem sendo paulatinamente agenda política no Brasil, com muitas disputas e algumas conquistas. Segundo Stedile (2005)<sup>2</sup> tivemos 14 propostas de reforma agrária discutidas e disputadas no Brasil e dentre estas encontramos as de perspectivas de esquerda, de direita, conservadoras, dos movimentos sociais. Até hoje nenhuma se realizou de fato, o que temos de reforma agrária é insuficiente, parcial, fragmentada e se realiza somente como forma de ampliação do capital, como por exemplo o Banco de Terra no governo FHC e as desapropriações remuneradas no governo Lula e Dilma.

Hoje, por conta da luta e da pressão dos movimentos sociais nos últimos 35 anos tem-se aproximadamente 1.164 assentamentos<sup>3</sup> no Brasil que abrangem 350 mil famílias<sup>4</sup>. Dos anos 2000 para cá a reforma agrária desacelerou, o agronegócio ganhou força e prioridade na política agrária do país. Tem-se bravos 120 mil famílias acampadas<sup>5</sup> por muitos anos, vários já desistiram e engroçam as favelas e os viadutos das grandes cidade. Estes números demonstram que a reforma agrária necessita entrar novamente na agenda política do país, ainda não é hora de considerá-la uma pauta abandonada e sim uma luta a ser retomada, principalmente nesta conjuntura de golpe, de retirada de direitos, de onda conservadora com um processo ainda mais avançado de criminalização dos movimentos sociais.

Entre as conquistas pontuais temos os assentamentos já supracitados, alguns programas de moradia e crédito rural em uma escala de financiamento quase insignificante quando comparado com o agronegócio. Na área social e de alívio à pobreza pode se citar o bolsa família, o programa de cesta básica (distribuído em alguns casos). Todos programas são descontínuos e de baixo custo.

Na área da educação conquistou-se inicialmente o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – INCRA/MDA) em 1998 e posteriormente a educação do campo (SECADI/MEC) em 2004. Há um diálogo entre estas duas perspectivas, porém com o surgimento da educação do campo houve um alargamento das perspectivas teóricas-práticas, que ficam evidente neste número da revista no artigo “Revisitando a produção do conhecimento da educação do campo: expressões de liofilização e luta sem classes” de Patrícia Correia de Paula Marcochia e Maria de Fátima Rodrigues Pereira. Estes programas também se apresentam pontuais, descontínuos, de baixo custo e atualmente em fase de extinção.

Este número da revista se propõem a debater criticamente a relação entre luta pela terra e educação do campo. Para isso, na sessão debate apresenta-se quatro artigos que demonstram o grau de disputa e conflito pela terra em diferentes territórios no Brasil, Bahia, Minas Gerais, Alagoas, Ceará, Paraná.

O artigo “Escola e estratégia política na atualidade do MST”, de Caroline Banhiuk e Celia Regina Vendramini nos brinda com uma análise de conjuntura e assim como a entrevista cedida por Ademar Bogo indicam a necessidade de retomada de uma perspectiva radical frente ao projeto histórico defendido pelos trabalhadores. Já, Maria Nalva Rodrigues Araujo Bogo no artigo “O agronegócio e a educação para as comunidades rurais na região Extremo Sul da Bahia: desafios a luta social” nos

apresenta o avanço e a violência provocada pelo agronegócio, principalmente nas atividades de produção de celulose, o que consequentemente nos deixará de herança um deserto verde e um grau de expropriação dos trabalhadores rurais sem precedência. O terceiro artigo, “A luta pela terra e escola do MST em Minas Gerais – fragmentos de uma história em construção”, de Horácio Quaresma indica que sempre há resistência e que a relação entre luta pela terra e por escola faz parte da construção do MST no estado de Minas Gerais. O quarto artigo, intitulado “Luta por reconhecimento entre os camponeses Sem Terra no Alto-Sertão das Alagoas – o conflito socioambiental como posse política da terra”, de Wellington Amâncio da Silva se distancia teoricamente do escopo da revista, mas nos é importante por apresentar mais um território em disputa e por ressaltar a necessidade do debate político em torno da luta pela terra.

Em todos os artigos da sessão debates fica evidente os traços de uma reforma agrária parcelada, fragmentada, incompleta, conquistada com muita luta, trabalho e também muitas perdas. Estes artigos nos permitem uma análise de conjuntura focada na luta pela terra e na situação atual do país.

Já a sessão artigos, contem dez textos e apresentam dois eixos: um apresenta categorias teóricas do marxismo fundamental para realizar a análise da educação do campo ou das experiências escolares em territórios de reforma agrária, são elas: ideologia, particularidade e história; os demais artigos analisam a realidade, possibilidades e contradições nas experiências educativas realizadas principalmente em escolas de assentamento de reforma agrária vinculadas ao MST.

O primeiro eixo conta com os artigos: “Ideologia e educação do campo: um debate permanente e necessário”, de Rafael Rossi; “A categoria da particularidade na produção de conhecimento: apontamentos na área da educação, de Joana Valente Santana, Benedito de Jesus Pinheiro Ferreira; “Da teoria da história a história da teoria: a totalidade do trabalho na dialética marxista, Âlcio Crisóstomo Magalhães; Reflexões sobre marxismo e perspectiva teórico-metodológica para a pesquisa em políticas educacionais, de Maria José Dozza Subtil; “Revisitando a produção do conhecimento da educação do campo: expressões de liofilização e luta sem classes”, de Patrícia Correia de Paula Marcoccia, Maria de Fátima Rodrigues Pereira. Este último artigo demonstra a pulverização e ampliação da compreensão sobre educação do campo, o que a deixa sem foco, pasteurizada em meio a onda neoliberal e pós-moderna.

O segundo eixo conta com os artigos: “Educação como direito universal: movimentos sociais e políticas públicas de educação para as populações rurais”, Luiz Bezerra Neto, Flávio Reis dos Santos, Maria Cristina dos Santos Bezerra; “Forma escolar e complexos de estudos: considerações a partir das Escolas Itinerantes do MST”, de Sandra Luciana Dalmagro; “Estudo, trabalho e agroecologia: a proposta política pedagógica dos cursos de Agroecologia do MST no Paraná”, João Henrique Souza Pires, Henrique Tahan Novaes. Este conjunto de artigos tratam das disputas entre o velho e o novo, a realidade, as possibilidades e as contradições em tentar construir experiências educacionais para além das possibilidades de organização capitalista.

Dois artigos de demanda continua nos auxilia no debate sobre o projeto educacional para o Brasil voltado ao desenvolvimento industrial e capitalista e para isso faz-se fundamental a fragmentação do ensino, a flexibilização dos currículos, assunto muito atual e frente de luta neste momento com o movimento de Ocupações de Escolas. São eles: “Educação de classe e desenvolvimento industrial no

Brasil: a Escola Nova e o discurso da psicotécnica”, de Elisabete Gonçalves de Souza; “A fragmentação do ensino e a disciplinaridade (e seus prefixos)”, de Marcelo José de Souza e Silva.

A entrevista realizada com o militante social Ademar Bogo, brinda este número com uma análise lúcida sobre a reforma agrária, a atuação dos movimentos sociais diante de governos populares e a necessidade de redirecionar a luta, pois a bandeira da reforma agrária ainda é necessária diante de tanta desigualdade e preemência da luta de classes. Bogo aponta a necessidade de retomar o socialismo como projeto histórico.

O texto clássico “Relatório Sobre a Questão Agrária - 28 de Abril (11 de Maio) de 1917” de V. I. Lênine, evidencia que as disputas políticas sobre as questões agrárias estão presentes nos mais diferentes contextos históricos e territórios. Assim, colocar a temática em debate, disputar a agenda política, manter o elo e as relações internacionais dos trabalhadores é uma demanda para hoje, o que demonstra a atualidade dos escritos de Lênine.

A resenha de Amalia Catharina Santos Cruz, intitulada “A chamada acumulação primitiva” também nos remete a importância da discussão dos clássicos para entender e transformar o agora.

Finaliza-se este número com três resumos de teses e dissertações, a saber: “Grupo especializado de produtores de abacaxi do município de Cruzeiro do Oeste: o caráter formativo-pedagógico das relações de trabalho entre 2004 e 2015” de Pedro Luiz Moreira, Francis Mary Guimarães Nogueira; “Controle operário e formação de trabalhadores no chão da fábrica, de Jaqueline Rodrigues da Silva; “A escola do trabalho soviética de Pistrak: dois passos à frente, um passo atrás?”, de Marcel Lima Cunha. Estas produções demonstram que as pesquisas continuam crescendo e a temática é atual e muito ampla, portanto toda atenção na análise se faz necessária para não se diluir os objetivos de debater e estudar a luta de classes no Brasil pela perspectiva da questão agrária e da educação.

Pretende-se com este número da revista provocar o debate tanto sobre a necessidade de uma luta pela terra de forma mais radical, quanto a ampliação e aprofundamento das experiências educacionais em curso.

Boa leitura!

---

### Notas:

- <sup>1</sup> Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Maria (2001), mestrado em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2009). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisadora do grupo de pesquisa TMT/UFSC. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em educação e trabalho, educação do campo e movimentos sociais, escola pública. Email: adridago@yahoo.com.br
- <sup>2</sup> STEDILE, João Pedro(org). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.
- <sup>3</sup> Disponível em [http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra\\_-\\_apresentao.pdf](http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra_-_apresentao.pdf) acesso em 16/11/2016.
- <sup>4</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/> acesso em 16/11/2016.
- <sup>5</sup> Disponível em: <http://www.mst.org.br/> acesso em 16/11/2016.